



ASSEMBLEIA NACIONAL

DISCURSO DE SUA EXCIA, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE, ENG. JORGE SANTOS, NO ENCERRAMENTO DO FÓRUM INFANTO-JUVENIL PARA A CELEBRAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

Palácio da Assembleia Nacional, 20 de novembro de 2020

Boa tarde a todos.

Senhora Ministra da Educação, Família e Inclusão Social

Senhora Coordenadora Residente do Sistema das Nações

Unidas

Senhor Representante da UNICEF em Cabo Verde

Senhora Presidente do ICCA

Senhor Diretor Nacional das Aldeias SOS

Senhora Presidente da ACRIDES

Caros Deputados do Parlamento Infantojuvenil

Senhores profissionais da imprensa livre

Permitam-me, em nome do Parlamento cabo-verdiano, agradecer o convite do ICCA, através da sua Presidente, Dra. Maria do Livramento Silva, para presidir ao encerramento deste evento e, manifestar a minha satisfação por, mais uma vez, estarmos, enquanto Casa do Povo, da Democracia e das Leis, a acolher este importante fórum infantojuvenil, reunindo crianças e adolescentes de todas as ilhas e contando com a participação dos deputados do parlamento infantojuvenil de 2019.

Acolhemos, desde a primeira hora, a iniciativa da institucionalização do parlamento infantojuvenil iniciado em 2017.

A nossa abertura para a promoção e colaboração em atividades que digam respeito à vida das crianças e adolescentes é total. Cuidar das nossas crianças é investir no futuro da nossa terra.

Este fórum realiza-se no dia em que se assinala o 31º Aniversário da Convenção dos Direitos das Crianças das Nações Unidas.

Cabo Verde integra o grupo de 192 países que ratificou a Convenção dos Direitos das Crianças e como tal temos a obrigação de garantir que os princípios nela constante tenham respaldo e façam parte no direito interno de Cabo Verde.

Aliás, o Parlamento cabo-verdiano tem estado atento à situação real das nossas crianças e adolescentes e com atitude conseqüente quanto às medidas legislativas atinentes à proteção dos seus direitos.

A título de exemplo, no passado mês de outubro, aprovámos, na generalidade, por unanimidade dos deputados presentes, o projeto-lei sobre crimes de agressão, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ciente, igualmente, da importância desta problemática, instituímos em 2017 o 4 de Junho como Dia Nacional contra o abuso e exploração sexual de menores, num gesto de inequívoco comprometimento para com a causa.

Hoje, podemos afirmar, com algum rigor e assertividade, que existe na comunidade nacional uma maior consciência

social relativamente ao reforço das medidas legislativas de proteção dos direitos das crianças, com maior incidência das temáticas atinentes ao abuso e exploração sexual e uso abusivo do álcool, problemas, aliás, identificados pelos deputados infantojuvenis reunidos em 2019 nesta casa parlamentar.

Esta consciência e vontade coletivas relativamente à proteção das nossas crianças e adolescentes estão bem patenteadas neste evento, que reúne órgãos de soberania como a Presidência da República, a Assembleia Nacional, o Governo, parceiros como o Sistema das Nações Unidas e a UNICEF ou Organizações da Sociedade como a ACRIDES ou as Aldeias SOS, num gesto de grande generosidade, humanismo e sentido de responsabilidade face ao futuro das nossas crianças e adolescentes e do país.

Tenho para mim, que temos de reforçar as parcerias, o diálogo e esforço global entre os decisores políticos e a sociedade em torno da situação de vida e dos desafios que se colocam às crianças enquanto sujeitos ativos do seu próprio processo de desenvolvimento.

Temos que articular as visões e as estratégias. “Temos que conversar”, parafraseando o antigo Presidente brasileiro e teórico da sociologia do desenvolvimento, Fernando Henrique Cardoso.

Ilustres participantes

Minhas senhoras e meus senhores

Este fórum é especial. Realiza-se num momento muito difícil para cada um de nós, para Cabo Verde e o mundo, marcado pela pandemia da COVID19, que já vitimou mais de um milhão e trezentas mil pessoas em todo o mundo.

Mercê desta situação inédita, muitas das nossas crianças e adolescentes participam neste fórum pelo sistema de videoconferência, sem o calor humano e sem o sentido de partilha das realidades das ilhas que caracterizam os cabo-verdianos.

Mas, esta situação de inegável dificuldade e propensa à ansiedade entre nós, permitiu-nos aquilatar do acesso dos nossos cidadãos, sobretudo das nossas crianças, adolescentes e jovens às novas tecnologias de comunicação e informação, tão uteis, num mundo cada vez mais global e dependente desses incontornáveis meios de comunicação e de trabalho.

Hoje, é nossa obrigação garantir igualdade de acesso e de oportunidade ao conhecimento e às tecnologias de comunicação e informação às nossas crianças e jovens, estejam eles nas cidades ou nas aldeias mais recônditas do país.

As tecnologias de comunicação e informação, são ferramentas indispensáveis na busca permanente do saber e no aproveitamento das oportunidades que o país e o mundo poem a disposição das crianças e jovens, para o desenvolvimento da sua capacidade criativa e de inovação, visando construir o seu futuro, neste mundo de intensa competitividade.

Caríssimas crianças e jovens adolescentes

A construção de uma sociedade mais justa e inclusiva passará em larga medida pela adoção de políticas públicas dirigidas a crianças e adolescentes pertencentes a todos os segmentos da sociedade e de todas as regiões do país.

Cabo Verde deve continuar a consentir esforços e a apostar forte em sectores como a educação, a saúde, família, habitação, acesso ao emprego e a rendimentos, que permitam às famílias educarem os seus filhos num contexto de dignidade, afastando-os de comportamentos de risco como a prostituição infantil, álcool e drogas.

Não estarei a exagerar se disser que muito do cumprimento dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030) dependerá daquilo que formos capazes, hoje, de fazer em matéria de políticas de inclusão social e económica das famílias, enquanto pilares da sociedade cabo-verdiana.

Cabo Verde foi recentemente, a 16 de Novembro 2020, classificado no segundo lugar do Índice Ibrahim da Boa Governança Africana entre os 54 países avaliados.

Esta notícia da classificação nos orgulha e representa o trabalho coletivo e a dedicação de todos os caboverdeanos, residentes e na diáspora.

Nesta classificação foram avaliadas, a eficácia das políticas públicas, as liberdades económicas e o respeito e cumprimento dos direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, incluindo os direitos das crianças e adolescentes, em Cabo Verde.

Este “Fórum”, “O Parlamento Infanto-Juvenil nacional”, o “Movimento Crianças pelos Direitos, Oçam as Nossas Vozes”, provam a vossa irreverencia e criatividade, no apelo, sistemático, de participação efetiva, na definição de políticas públicas para as crianças e adolescentes em Cabo Verde.

A vossa participação, estimadas crianças e adolescentes, é, também, avaliada positivamente a nível nacional e internacional.

Encorajo-vos a continuar com as vossas atividades a nível dos vossos Concelhos e Ilhas, bem assim a nível Nacional.

Desafio ao Sr. Presidente da Mesa e a todos os deputados infanto-juvenis, para juntos com os promotores, organizar o próximo Parlamento Infanto-Juvenil, no primeiro trimestre de 2021.

Para terminar, felicito a todas as Instituições e organizações que participaram na promoção deste “Fórum Infanto-Juvenil”, a Presidência a Republica, a Assembleia Nacional, o Governo, o ICCA, o Sistema Nacional das Nações Unidas, a UNICEF, a ACRIDES, as “Aldeias SOS Cabo Verde.

Felicito, carinhosamente, a todas as crianças e adolescentes que participam neste “Fórum”.

Um bem-haja a todos.